

Curriculum Vitae

(resumido)

Paulo Mota Pinto

(Coimbra, 18 de Novembro de 1966)

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Jurisconsulto e Árbitro.

Educação e experiência universitária

Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, coordenador da seção de Direito Civil dessa Faculdade.

Licenciado em Direito, Mestre e Doutor em Ciências Jurídico-Civilísticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Agregado em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Iniciou a atividade docente em 1990, sendo Professor na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde tem lecionado, sobretudo, disciplinas de Teoria Geral do Direito Civil, Contratos Cíveis e Direito das Coisas. Tem também lecionado disciplinas e proferido conferências no domínio do direito privado noutras universidades portuguesas e estrangeiras (Brasil, Angola, Moçambique, Macau, Espanha, Alemanha, etc.).

Professor convidado na Universidade Católica Portuguesa e na Universidade do Sarre, Saarbrücken (Alemanha), em 2016

Membro de júris de Mestrado e Doutoramento, sobretudo no âmbito do direito privado, algumas vezes como arguente. Autor de obras científicas (artigos e livros) sobretudo no campo do direito civil e dos direitos fundamentais, e de anteprojetos de diplomas legais (por exemplo sobre o regime da venda de bens de consumo ou a publicidade domiciliária).

Membro da Academia de Ciências de Lisboa (Secção de Letras, Direito), desde 2023. Membro correspondente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, eleito em 2012.

Experiência profissional e atividade pública

Juiz do Tribunal Constitucional, eleito pela Assembleia da República, desde 11 de Março de 1998 a 4 de Abril de 2007, tendo nessa qualidade sido relator de mais de 600 acórdãos e de mais de 350 decisões sumárias sobre temas variados (quase todas disponíveis em texto integral em www.tribunalconstitucional.pt).

Advogado entre 1990 e 1992, tendo a inscrição na Ordem dos Advogados suspensa, a seu pedido. Consultor jurídico do BPI – Banco Português de Investimento, de 1991 a 1998.

Faz parte do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro, do *European Law Institute*, da *Deutsch-Lusitanische Juristenvereinigung*, do *European Research Group on Existing EC Private Law (Acquis Group)* e do *Expert Group* nomeado pela Comissão Europeia para rever o Projecto de Quadro Comum de Referência sobre Direito dos Contratos (*Draft Common Frame of Reference on Contract Law*). Foi membro da Comissão para a Reforma do Direito do Consumo e para o Código do Consumidor.

Entre 1991 e 1998 e desde 2007 desempenhou atividade como jurisconsulto.

Membro da Direção do Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa / Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa

Membro da APA – Associação Portuguesa de Arbitragem.

Membro do Conselho Fiscal da NOS, SGPS, e presidente da Assembleia Geral da CGD – Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Presidiu ao Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações da República Portuguesa, eleito pela Assembleia da República de 2013 a 2017.

Foi Deputado por Coimbra e por Lisboa à Assembleia da República de 2009 a 2015. Foi de 2009 a 2011 presidente da Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças. Na legislatura iniciada em 2011 foi presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República. Vice-presidente do PSD entre 2008 e 2010. Foi Presidente do Congresso Nacional do PSD desde 2018 a 2022. Foi Deputado por Leiria à Assembleia da República desde 2022 a 2024, e líder parlamentar do PD em 2022.

Experiência arbitral

Desde Abril de 2007, juiz-árbitro. Nesta última qualidade, tem sido presidente ou membro de tribunais arbitrais *ad hoc*, instalados junto dos Centros de Arbitragem Comercial da Associação Comercial do Porto e da Associação Comercial de Lisboa ou no âmbito da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, quer como árbitro único, quer como presidente do Tribunal ou como co-árbitro.

Processos arbitrais em que interveio como árbitro (elencos não exaustivos):

Arbitragem internacional

1. 2008: árbitro em arbitragem CCI entre parte portuguesa e parte holandesa, sede em Lisboa, direito português aplicável, idioma da arbitragem português.
2. 2009: árbitro em tribunal arbitral *ad hoc*, entre parte portuguesa e parte espanhola, sede em Lisboa.
3. 2009: árbitro em tribunal arbitral *ad hoc* sediado no Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa, entre partes portuguesas e parte inglesa, sede em Lisboa.
4. 2011: árbitro único em arbitragem CCI entre parte israelita e parte espanhola, sede em Londres, direito espanhol aplicável, idioma da arbitragem inglês.
5. 2011: presidente de tribunal arbitral em arbitragem CCI entre parte espanhola e parte portuguesa, direito português aplicável, idioma da arbitragem português; a arbitragem extinguiu-se por acordo antes de assinada a Ata de Missão.
6. 2012: presidente de tribunal arbitral em arbitragem CCI entre partes portuguesas, sede em Lisboa, direito português aplicável, idioma da arbitragem inglês.

7. 2012-2014: presidente de tribunal arbitral em arbitragem CCI entre partes espanholas, sede em Valência, Espanha, direito espanhol aplicável, idioma da arbitragem espanhol.
8. 2015: árbitro em tribunal arbitral ad hoc sediado no Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa, entre parte inglesa e partes portuguesas, sede em Lisboa, idioma da arbitragem português; a arbitragem extinguiu-se por acordo na fase dos articulados.
9. 2016: árbitro em arbitragem CCI entre parte portuguesa e parte espanhola, direito português aplicável, idioma da arbitragem português; a arbitragem extinguiu-se por acordo antes de assinada a Ata de Missão.
10. 2016: presidente de tribunal arbitral em arbitragem CCI multi-partes, entre partes brasileiras, sede em São Paulo, direito brasileiro aplicável, idioma da arbitragem português.
11. 2017: presidente de tribunal arbitral em tribunal arbitral *ad hoc* pendente sediada no Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa, entre parte espanhola e partes portuguesas, direito português aplicável, idioma da arbitragem português.
12. 2018: árbitro em arbitragem CCI multi-partes, entre parte portuguesa e partes alemãs, direito português aplicável, idioma da arbitragem português.
13. 2019: árbitro em arbitragem CCI multi-partes pendente, entre partes portuguesas, direito português aplicável, idioma da arbitragem português.
14. 2020: : presidente de tribunal arbitral em arbitragem CCI entre partes brasileiras, sede em São Paulo, direito brasileiro aplicável, idioma da arbitragem português.
15. 2020: árbitro em arbitragem CCI pendente, entre partes luxemburguesa e portuguesa, direito português aplicável, idioma da arbitragem inglês.

Arbitragem interna (Portugal)

1. 2007: presidente de tribunal arbitral em arbitragem institucionalizada no Instituto de Arbitragem Comercial, Associação Comercial do Porto, Porto.
2. 2009: árbitro em tribunal arbitral *ad hoc*, entre entidade pública e empresa privada portuguesas.
3. 2010: árbitro em tribunal arbitral *ad hoc* sediado no Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa.
4. 2010: árbitro em tribunal arbitral *ad hoc* sediado no Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa.
5. 2010: árbitro em tribunal arbitral *ad hoc*.
6. 2010-2013: árbitro em tribunal arbitral *ad hoc*.
7. 2011: presidente de tribunal arbitral em arbitragem sediada no Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa.
8. 2014: árbitro em arbitragem institucionalizada no Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa.
9. 2015: árbitro em tribunal arbitral ad hoc sediado no Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa.
10. 2017: árbitro em arbitragem institucionalizada pendente no Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa.
11. 2018: presidente de tribunal arbitral em arbitragem institucionalizada no Instituto de Arbitragem Comercial, Associação Comercial do Porto.
12. 2018: árbitro em arbitragem institucionalizada pendente no Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa.
13. 2018: árbitro em arbitragem ad hoc, instalada no Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa.
14. 2019: árbitro em arbitragem ad hoc que funciona junto do Instituto Arbitragem Comercial, Associação Comercial do Porto.

15. 2019: árbitro em arbitragem ad hoc, instalada no Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa.
16. 2020: árbitro em arbitragem institucionalizada no Centro de Arbitragem Comercial, Associação Comercial de Lisboa.
17. 2020: presidente de tribunal arbitral em arbitragem institucionalizada no Centro de Arbitragem Comercial, Associação Comercial de Lisboa.
19. 2021: árbitro em arbitragem institucionalizada no Centro de Arbitragem Comercial, Associação Comercial de Lisboa.
20. 2021: presidente de tribunal arbitral em arbitragem institucionalizada no Centro de Arbitragem Comercial, Associação Comercial de Lisboa.

Arbitragem necessária relativa a patentes farmacêuticas

1. 2012 e 2015: presidente de tribunal arbitral em arbitragem entre, designadamente, partes japonesa e portuguesa, por um lado, e islandesa, por outro, nos termos do regime de arbitragem necessária sobre patentes farmacêuticas (Lei n.º 62/2011, de 12 de dezembro).
2. 2012: presidente de tribunal arbitral em arbitragem entre parte inglesa e portuguesa, por um lado, e holandesa, por outro, nos termos do regime de arbitragem necessária sobre patentes farmacêuticas (Lei n.º 62/2011, de 12 de dezembro).
3. 2013: presidente de tribunal arbitral em arbitragem entre partes de várias nacionalidades, nos termos do regime de arbitragem necessária sobre patentes farmacêuticas (Lei n.º 62/2011, de 12 de dezembro); o processo terminou antes da decisão final.
4. 2014: árbitro em arbitragem entre partes portuguesa e alemã e parte portuguesa, nos termos do regime de arbitragem necessária sobre patentes farmacêuticas (Lei n.º 62/2011, de 12 de dezembro).
5. 2017: presidente de tribunal arbitral em arbitragem sediada no Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa, entre parte estadunidense e parte portuguesa, nos termos do regime de arbitragem necessária sobre patentes farmacêuticas (Lei n.º 62/2011, de 12 de dezembro). 2017: árbitro em arbitragem entre parte alemã e parte portuguesa, nos termos do regime de arbitragem necessária sobre patentes farmacêuticas (Lei n.º 62/2011, de 12 de dezembro). Tem também atuado como jurisconsulto, emitindo Pareceres e depondo como perito jurídico em processos arbitrais, em arbitragens nacionais e internacionais.

Idiomas profissionais

Português, Inglês, Alemão, Espanhol, Francês e Italiano.
Conhecimentos passivos (leitura) de Neerlandês, Catalão e Russo

Publicações mais relevantes (elenco não exaustivo)

1.	“La protection de l'acheteur de choses défectueuses en droit portugais”, in <i>Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra</i> , vol. 69 (1993), págs. 259-288 (em co-autoria com António Pinto Monteiro)
2.	“O direito à reserva sobre a intimidade da vida privada”, in <i>Boletim da Faculdade de Direito</i> , Coimbra, vol. 64 (1993), págs. 479-586, também em <i>Direitos de personalidade e direitos fundamentais – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 475-591
3.	“Aparência de poderes de representação e tutela de terceiros: reflexão a propósito do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 178/86, de 3 de julho”, in <i>Boletim da Faculdade de Direito</i> , Coimbra, vol. 69 (1993), págs. 587-645, também em <i>Direito civil – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 301-361
4.	“La position du consommateur vis-à-vis des moyens des communication”, <i>Centre de Droit de la Consommation</i> , Louvain-la-Neuve, programa <i>Med-Campus</i> , 1994
5.	<i>Declaração tácita e comportamento concludente no negócio jurídico</i> , diss. de Mestrado, Coimbra, Almedina, 1995

6.	Colaboração com A. Pinto Monteiro em “A responsabilidade política, civil e criminal do eleito municipal”, in <i>Manual do eleito local</i> , vol. 1, Coimbra, Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1995 (na parte da responsabilidade civil).
7.	Recensão a Reinhardt Singer, <i>Selbstbestimmung und Verkehrsschutz in der Rechtsgeschäftslehre</i> , in <i>Boletim da Faculdade de Direito</i> , Coimbra, vol. 72 (1996), págs. 459 e segs., também em <i>Direito civil – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 205-235
8.	<i>Direito da Publicidade</i> , lições policopiadas aos alunos do Curso de Direito da Comunicação e do Curso de Direito do Consumo, organizados respectivamente pelo Instituto Jurídico da Comunicação e pelo Centro de Direito de Consumo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1997 e 1999
9.	“Publicidade domiciliária não desejada – ‘junk mail’, ‘junk calls’ e ‘junk faxes’”, in <i>Boletim da Faculdade de Direito</i> , Coimbra, vol. 74 (1998), págs.273-325
10.	“Notas sobre a Lei n.º 6/99, de 27 de janeiro – publicidade domiciliária, por telefone e por telecópia”, in <i>Estudos de Direito do Consumidor</i> , n.º 1 (1999), Coimbra, Centro de Direito de Consumo, págs. 117-176
11.	“Sobre alguns problemas jurídicos da Internet”, in <i>As telecomunicações e o Direito na sociedade de informação</i> , Coimbra, Instituto Jurídico da Comunicação, 1999, págs. 349-366
12.	“Anteprojecto de localização do Código Civil em Macau na parte relativa aos direitos de personalidade”, in <i>Boletim do Ministério da Justiça</i> , n.º 488 (1999), págs. 5-37, também em <i>Direitos de personalidade e direitos fundamentais – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 369-407
13.	“Nota Introdutória à Tradução Chinesa” de Carlos Alberto da Mota Pinto, <i>Teoria geral do direito civil</i> , 3.ª ed., Macau, 1999
14.	“O direito ao livre desenvolvimento da personalidade”, in <i>Portugal-Brasil – ano 2000, Studia Iuridica</i> , n.º 40, Coimbra, Coimbra Editora, 2000, págs. 149-246, também em <i>Direitos de personalidade e direitos fundamentais – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 7-121
15.	“Notas sobre o direito livre desenvolvimento s direitos de personalidade no direito português”, in Ingo W. Sarlet (org.), <i>A Constituição concretizada – construindo pontes com o público e o privado</i> , Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2000, págs. 61-83
16.	“Os direitos de personalidade no Código Civil de Macau”, in <i>Boletim da Faculdade de Direito</i> , Coimbra, vol. 76 (2000), págs. 205-250, também no <i>Boletim da Faculdade de Direito de Macau</i> , n.º 8 (1999), págs. 121 e segs., e em <i>Direitos de personalidade e direitos fundamentais – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 409-459
17.	“A protecção da vida privada e a Constituição”, comunicação apresentada na <i>XVI Table Ronde Internationale</i> , Aix-en-Provence, 15-16 de setembro de 2000, <i>Boletim da Faculdade de Direito</i> , Coimbra, vol. 76 (2000), págs. 153-204, também em <i>Direitos de personalidade e direitos fundamentais – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 593-647
18.	“Constitution et secret de la vie privée”, in <i>Annuaire international de justice constitutionnelle</i> , vol.16, 2000, págs. 321-351
19.	“Conformidade e garantias na venda de bens de consumo/A Directiva 1999/44/CE e o direito português”, in <i>Estudos de Direito do Consumidor</i> , 2 (2000), Coimbra, Centro de Direito do Consumo, págs. 199-331
20.	“Das Rechtsobjekt in Portugal. Unterricht und Prüfung”, in Christian Baldus (org.), <i>Juristische Vorlesungen und Prüfungen in Europa. Ein praktischer Vergleich am Beispiel des Rechtsobjekts</i> , coords. Susanne. Kaiser, Andreas Wacke Christian Baldus, Boorberg, 2002, págs. 154-170
21.	“A limitação voluntária do direito à reserva sobre a intimidade da vida privada”, in <i>Estudos em homenagem a Cunha Rodrigues</i> , II, Coimbra, Coimbra Ed., 2001, págs. 527-558, e in <i>Revista Luso-Brasileira de Direito Comparado</i> , vol. 21 (2001), págs. 21-62, também em <i>Direitos de personalidade e direitos fundamentais – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 679-715
22.	“Reflexões sobre a transposição na Directiva 1999/44/CE para o direito português”, in <i>Thémis</i> , ano 2 (2001), n.º 4, págs. 195-218
23.	Anotação a “BGH, Urteil vom 7. Juli 1998 – Zu den rechtlichen Auswirkungen eines Kalkulationsirrtums”, in <i>European Review of Private Law</i> , vol. 9 (2001), n.º 1, págs. 137-141
24.	“Anteprojecto de diploma de transposição da Directiva 1999/44/CE para o Direito português/Exposição de motivos e articulado”, in <i>Estudos de Direito do Consumidor</i> , n.º 3 (2001), Coimbra, Centro de Direito do Consumo, págs. 165-279
25.	<i>Cumprimento defeituoso do contrato de compra e venda – anteprojecto de diploma de transposição da Directiva 1999/44/CE para o direito português (exposição de motivos e articulado)</i> , Lisboa, Instituto do Consumidor, 2002

26.	“O direito de regresso do vendedor final de bens de consumo”, in <i>Revista da Ordem dos Advogados</i> , ano 62.º, I (2002), págs. 143-199, também in <i>Estudos em homenagem ao Prof. Mário Júlio de Almeida Costa</i> , Lisboa, Universidade Católica, 2002, págs.1177-1225)
27.	“Sobre o equivalente funcional e metodológico dos <i>implied terms</i> ”, in <i>Estudos em homenagem à Prof.ª Doutora Isabel Magalhães Collaço</i> , vol. I, Coimbra, Almedina, 2002, págs. 241-254, também em <i>Direito civil – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 391-406
28.	“Sobre a proibição do comportamento contraditório (<i>venire contra factum proprium</i>) no direito civil”, in <i>Boletim da Faculdade de Direito</i> , Coimbra, vol. comemorativo dos 75 anos, 2003, págs. 269-322, também in <i>Revista Trimestral de Direito Civil</i> , Rio de Janeiro, vol. 4, n.º 16 (2003), págs. 135-182, e em em <i>Direito civil – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 407-463
29.	“Requisitos de relevância do erro nos <i>Princípios de Direito Europeu dos Contratos</i> e no Código Civil Português”, in <i>Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Inocêncio Galvão Telles</i> , vol. IV, Coimbra, Almedina, 2003, págs. 43-139, também em <i>Direito civil – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 87-203
30.	“Die Verbrauchsgüterkaufrichtlinie und das portugiesische Gewährleistungsrecht”, nota em Martin Josef Schermaier (org.), <i>Verbraucherkauf in Europa. Altes Gewährleistungsrecht und die Umsetzung der Richtlinie 1999/44/EG</i> , München, Sellier, 2003, págs. 493-494
31.	“Gewährleistungsrecht beim Verbraucherkauf – Deutsche Übersetzung der im portugiesischen Recht geltenden Rechtsnormen” (tradução para alemão dos artigos 905.º a 922.º do Código Civil e 4.º e 12.º da Lei n.º 24/96, de 31 de julho), in Martin Josef Schermaier (org.), <i>Verbraucherkauf in Europa. Altes Gewährleistungsrecht und die Umsetzung der Richtlinie 1999/44/EG</i> , München, Sellier, 2003, págs. 494-500
32.	“Portuguese Recent Case Law”, relatório de jurisprudência selecionada dos tribunais superiores portugueses em matéria de direito privado, incluído em <i>ERPL</i> (secção “Recent Case Law”): vol. 11 (2003) n.º 2, págs. 235-263
33.	“Portuguese Recent Case Law”, relatório de jurisprudência selecionada dos tribunais superiores portugueses em matéria de direito privado, incluído em <i>ERPL</i> (secção “Recent Case Law”): vol. 11 (2003) n.º 4, págs. 555-578
34.	“Portuguese Recent Case Law”, relatório de jurisprudência selecionada dos tribunais superiores portugueses em matéria de direito privado, incluído em <i>ERPL</i> (secção “Recent Case Law”): vol. 11 (2003), n.º 6, págs. 807-837
35.	“Direitos de Personalidade no Código Civil Português e no Novo Código Civil Brasileiro”, in Alfredo Calderale (org.), <i>Il nuovo Codice Civile brasiliano</i> , Milano, 2003, págs. 17-61, também in <i>Revista Jurídica</i> , São Paulo, vol. 51, n.º 314 (2003), págs. 7-34, e em <i>Direitos de personalidade e direitos fundamentais – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 321-367
36.	“Statement – Portugal”, in Klaus Stern (org.), <i>Zeitgemäßes Zuwanderungs- und Asylrecht – ein Problem der Industriestaaten</i> , Berlin, Duncker & Humblot, 2003, págs. 175-188
37.	“Autonomia privada e discriminação – algumas notas”, in <i>Estudos em homenagem ao Conselheiro José Manuel Cardoso da Costa</i> , Coimbra, Coimbra Ed., vol. II, 2003, págs. 313-363, também em <i>Direitos de personalidade e direitos fundamentais – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 123-183
38.	“Princípios relativos aos deveres de informação no comércio à distância. Notas sobre o direito comunitário em vigor”, in <i>Estudos de Direito do Consumidor</i> , n.º 5 (2003), Coimbra, Centro de Direito do Consumo, págs. 183-206
39.	“Grundsätze der Informationspflichten im Fernabsatz nach geltendem EU-Vertragsrecht”, in Reiner Schulze/Martin Ebers/Hans Christoph Grigoleit, orgs., <i>Informationspflichten und Vertragsschluss im Acquis communautaire</i> , Tübingen, Mohr Siebeck, 2003, págs. 157-170
40.	“Direitos fundamentais ‘de terceira geração’ ”, in Diogo Leite de Campos/Ives Gandra da Silva Martins (orgs.), <i>O direito contemporâneo em Portugal e no Brasil</i> , Coimbra, Almedina, 2003, págs. 497-511 (em co-autoria com Diogo Leite de Campos)
41.	“Portuguese Recent Case Law”, relatório de jurisprudência selecionada dos tribunais superiores portugueses em matéria de direito privado, incluído em <i>ERPL</i> (secção “Recent Case Law”): vol. 12 (2004), n.º 2, págs. 259-290
42.	“Portuguese Recent Case Law”, relatório de jurisprudência selecionada dos tribunais superiores portugueses em matéria de direito privado, incluído em <i>ERPL</i> (secção “Recent Case Law”): vol. 12 (2004), n.º 4, págs. 543-580
43.	“Portuguese Recent Case Law”, relatório de jurisprudência selecionada dos tribunais superiores portugueses em matéria de direito privado, incluído em <i>ERPL</i> (secção “Recent Case Law”): vol. 12 (2004), n.º 6, págs. 811-849

44.	“Segredo de justiça em processo penal – breves reflexões”, texto de conferência proferida a convite da “República do Direito”, Coimbra, fevereiro de 2004, publicado em www.republicadireito.com/tabelas/upload/SegredoJustica.pdf
45.	“Direitos de Personalidade no Código Civil Português e no Novo Código Civil Brasileiro”, in <i>Revista da Ajuris</i> , Porto Alegre, vol. 31, n.º 96 (2004), págs. 407-437)
46.	“Portuguese Recent Case Law”, relatório de jurisprudência selecionada dos tribunais superiores portugueses em matéria de direito privado, incluído em <i>ERPL</i> (secção “Recent Case Law”): vol. 13 (2005), n.º 2, págs. 225-263
47.	“Portuguese Recent Case Law”, relatório de jurisprudência selecionada dos tribunais superiores portugueses em matéria de direito privado, incluído em <i>ERPL</i> (secção “Recent Case Law”): vol. 13 (2005), n.º 4, págs. 553-592
48.	“Portuguese Recent Case Law”, relatório de jurisprudência selecionada dos tribunais superiores portugueses em matéria de direito privado, incluído em <i>ERPL</i> (secção “Recent Case Law”): vol. 13 (2005), n.º 6, págs. 889-934
49.	4.ª ed. actualizada de Carlos Alberto da Mota Pinto, <i>Teoria geral do direito civil</i> , Coimbra, Coimbra Editora, 2005 (em co-autoria com António Pinto Monteiro)
50.	“Die (Antidiskriminierungs-)Richtlinien 2000/78/EG und 2000/43/EG und ihre Umsetzung in portugiesisches Zivilrecht”, in <i>Versicherungsrecht</i> , vol. 56 (2005), 4, págs. 189-198 (em co-autoria com Jorge Sinde Monteiro e Gisela Kern)
51.	“Portuguese Recent Case Law”, relatório de jurisprudência selecionada dos tribunais superiores portugueses em matéria de direito privado, incluído em <i>ERPL</i> (secção “Recent Case Law”): vol. 14 (2006), n.º 2, págs. 239-281
52.	“Portuguese Recent Case Law”, relatório de jurisprudência selecionada dos tribunais superiores portugueses em matéria de direito privado, incluído em <i>ERPL</i> (secção “Recent Case Law”): vol. 14 (2006), n.º 4, págs. 577-617
53.	“Portugiesische Impulse für die Charta der Grundrechte der Europäischen Union”, in Klaus Stern/Peter Tettinger (orgs.), <i>Kölner Gemeinschafts-Kommentar Europäische Grundrechte-Charta</i> , München, Beck, 2006, págs. 123-137, e in <i>Temas de Integração</i> , Coimbra, 2005, n.º 2 (em co-autoria com Alexandre Mota Pinto)
54.	“Comunicações não solicitadas (SPAM)”, in Ministério da Justiça (org.), <i>Lei do comércio electrónico anotada: aprovada pelo Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2000, relativa a certos aspectos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio electrónico, no mercado interno</i> , Coimbra, Coimbra Editora, 2005, pág. 211
55.	“O anteprojecto de Código do Consumidor e a venda de bens de consumo”, in <i>Estudos de Direito do Consumidor</i> , n.º 7 (2005), Coimbra, Centro de Direito do Consumo, págs. 263-278, também in Luís Menezes Leitão, org., <i>Estudos do Instituto do Direito de Consumo</i> , Coimbra, Almedina, 2005, págs. 119-134)
56.	“Die Generalklauseln in Kontinentaleuropa: Erwartungen der portugiesischen Rechtswissenschaft an die deutsche Rechtswissenschaft”, in Christian Baldus (org.), <i>Die Generalklausel im Europäischen Privatrecht: zur Leistungsfähigkeit der deutschen Wissenschaft aus romanischer Perspektive</i> , München, Sellier, 2006, págs. 115-127
57.	“Autonomia privada e discriminação – algumas notas”, in Ingo W. Sarlet, org., <i>Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado</i> , Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2006, págs. 361-404
58.	“Falta e vícios da vontade: o Código Civil e os regimes mais recentes”, in <i>Comemorações dos 35 anos do Código Civil – A Parte Geral do Código e a Teoria Geral do Direito Civil</i> , Coimbra, Coimbra Editora, 2006, págs. 459-500, também em <i>Direito civil – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 37-85
59.	“Reflexões sobre jurisdição constitucional e direitos fundamentais nos 30 anos da Constituição da República Portuguesa”, in <i>Thémis</i> , n.º especial comemorativo dos 30 anos da Constituição da República Portuguesa, 2006, págs. 201-216, também em <i>Direitos de personalidade e direitos fundamentais – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 279-297
60.	“Nota sobre o ‘imperativo de tolerância’ e seus limites”, in <i>Estudos em Memória do Conselheiro Luís Nunes de Almeida</i> , Coimbra, Coimbra Editora, 2007, págs. 747-779, também em <i>Direitos de personalidade e direitos fundamentais – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 185-221
61.	“A protecção da vida privada na jurisprudência do Tribunal Constitucional”, in <i>Jurisprudência Constitucional</i> , Lisboa, n.º 10 (abr.-jun. 2006), págs. 13-28, também em <i>Direitos de personalidade e direitos fundamentais – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 649-677

62.	“Über Willensmängel im schlüssigem Verhalten”, in <i>Festschrift für Claus-Wilhelm Canaris zum 70. Geburtstag</i> , München: C. H. Beck Verlag, 2007, págs. 871-900
63.	“Dano da privação do uso”, <i>Estudos de Direito do Consumidor</i> , n.º 8 (2007), págs. 229-273, também em Mafalda Miranda Barbosa/Francisco Muniz, coords., <i>Responsabilidade civil. Cinquenta anos em Portugal. Quinze anos no Brasil</i> , vol. II, Instituto Jurídico, Coimbra, 2018, págs. 199-242, e em <i>Direito civil – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 671-716
64.	“Indemnização em caso de ‘nascimento indevido’ e de ‘vida indevida’ (‘wrongful birth’ e ‘wrongful life’)”, in <i>Nos vinte anos do Código das Sociedades Comerciais – Estudos em homenagem aos Profs. Doutores A. Ferrer Correia, Orlando de Carvalho, V. Lobo Xavier</i> , vol. III, Coimbra, Coimbra Editora, 2007, pág. 915-946, também in <i>Lex Medicinæ</i> , n.º 7, Coimbra, 2007, págs 5-25, em <i>Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões</i> , vol. 3 - abril/maio 2008, e em <i>Direitos de personalidade e direitos fundamentais – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 735-772
65.	“Die Einwirkung der Grundrechte auf das portugiesische Privatrecht“, em Jörg Neuner (org.), <i>Grundrechte und Privatrecht aus rechtsvergleichender Sicht</i> , Tübingen, Mohr, 2007
66.	“A influência dos direitos fundamentais sobre o direito privado português”, in António Pinto Monteiro/Jörg Neuner/Ingo Wolfgang Sarlet (orgs.), <i>Direitos fundamentais e direito privado: uma perspectiva de direito comparado</i> , Coimbra, Almedina, 2007, págs. 145-163, também em <i>Direitos de personalidade e direitos fundamentais – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 299-319
67.	“Compra e venda da empresa: a venda de participações sociais como venda de empresa (‘share deal’)”, em co-autoria com António Pinto Monteiro, in <i>Revista de legislação e de jurisprudência</i> , Coimbra, ano 137, n.º 3947 (Nov.-Dez.2007), págs. 76-102
68.	<i>Interesse contratual negativo e interesse contratual positivo</i> , dissertação de doutoramento, 2 vols., Coimbra, Coimbra Editora, 2008
69.	Nota introdutória à tradução de Rudolf von Jhering, <i>Culpa in contrahendo ou indemnização em contratos nulos ou não chegados à perfeição</i> , Coimbra, Almedina, 2008, também em <i>Direito civil – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 515-530
70.	“Sobre condição e causa na responsabilidade civil (nota a propósito do problema de causalidade da causa virtual)”, <i>Ars iudicandi: estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves</i> , Coimbra, Coimbra Editora, 2008, vol. III, págs. 929-967, também em <i>Direito civil – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 727-761
71.	“Sobre a alegada ‘superação’ do Direito pela análise económica: ilustrada com a análise das medidas da indemnização contratual”, in António José Avelãs Nunes/Jacinto Nelson de Miranda Coutinho (orgs.), <i>O direito e o futuro, o futuro do direito</i> . Coimbra, Almedina, 2008, págs. 169-211, também em <i>Católica Law Review</i> , vol. I, n.º 2 (maio 2017), págs. 59-93, e em <i>Direito civil – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 623-669
72.	“O Código Civil Português: ‘de uma possível tendência para o esvaziamento a uma também possível necessidade de reforma’? Algumas reflexões”, in <i>Themis. Revista da Faculdade de Direito da UNL</i> , Lisboa, n.º esp., 2008, págs. 25-46, também em <i>Direito civil – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 7-34
73.	“Responsabilidade por violação de regras de concurso para celebração de um contrato: em especial o cálculo da indemnização”, in <i>Estudos de contratação pública</i> , org. Centro de Estudos de Direito Público e Regulação (CEDIPRE), Coimbra, Coimbra Editora, 2008, vol. 2, pág. 273-295, também em <i>Direito civil – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 531-551
74.	“Direct Producers' liability and the sellers' right of redress in Portugal”, in <i>European perspectives on producers' liability: direct producers' liability for non-conformity and the sellers' right of redress</i> , München, Sellier European Law Publ., 2009, págs. 491-503
75.	“Falta e vícios da vontade na declaração tácita”, <i>Estudos em Homo anteprojenagem ao Prof. Doutor Manuel Henrique Mesquita</i> , Coimbra, Coimbra Editora, 2009, vol. II, págs. 515-568, também em <i>Direito civil – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 237-300
76.	“Compra e venda da empresa: a venda de participações sociais como venda de empresa (‘share deal’)”, em co-autoria com António Pinto Monteiro, in <i>Estudos em homenagem ao Professor Doutor Jorge de Figueiredo Dias</i> , Coimbra, Coimbra Editora, 2009, vol. IV, págs. 685-728
77.	“Relatório português para o estudo ‘Consumer Rights concerning Contract Terms, Briefing Paper on the Proposed Consumer Rights Directive’”, Bruxelas, Parlamento Europeu, 2010, em co-autoria com Sandra Passinhas

78.	“Indemnização em caso de resolução do contrato”, anotação aos acórdãos do S.T.J. de 12 de fevereiro de 2009, Processo n.º 08B4052, e de 21 de outubro de 2010, Processo n.º 1285/07, <i>Revista de legislação e de jurisprudência</i> , Coimbra, ano 140, n.º 3968 (maio-jun. 2011), págs. 300-324
79.	“Os mecanismos de proteção civil da honra e a comunicação social”, in <i>Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Macau</i> , ano XIV, n.º 29, 2010, págs. 83-92, também em <i>Direitos de personalidade e direitos fundamentais – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 461-474
80.	“Este artigo está disponível no seu país!': o direito europeu ao seu serviço”, artigo no <i>Diário de Notícias</i> de 8 de outubro de 2011, sobre o projeto de direito comum europeu da compra e venda, em co-autoria com a Comissária Viviane Reding
81.	“Despesas desaproveitadas e dano”, in <i>Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho</i> , Coimbra, Coimbra Editora, 2012, vol. I, págs. 579-618
82.	“Indemnização e resolução do contrato por não cumprimento”, publicado in <i>Cadernos de Direito Privado</i> , Braga, número especial, 2 (2012) págs. 63-96, também em <i>Direito civil – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 553-621
83.	“Resolução e indenização por inadimplemento do contrato”, in <i>VI Jornada de Direito Civil</i> , Conselho de Justiça Federal, Brasília, 2013 (texto acessível em https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/jornadas-cej/vijornadadireitocivil2013-web.pdf/view)
84.	“Cláusula salvadora e estipulação ‘na medida do permitido pela lei’”, in <i>Estudos em homenagem a António Barbosa de Melo</i> , Coimbra, Almedina, 2013, págs. 753-775, também em <i>Direito civil – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 363-390
85.	“A proteção da confiança na ‘jurisprudência da crise’”, in <i>Estudos em memória do Conselheiro Artur Maurício</i> , Coimbra, Coimbra Editora, 2014, págs. 1141-1182, também in <i>O Tribunal Constitucional e a crise: ensaios críticos</i> , Coimbra, Almedina, 2014, págs. 133-181 e em <i>Direitos de personalidade e direitos fundamentais – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 223-278
86.	“Contrato de swap de taxas de juro, jogo e aposta e alteração das circunstâncias que fundaram a decisão de contratar”, <i>Revista de Legislação e de Jurisprudência</i> , Coimbra, ano 143, n.º 3987 (jul.-ago. 2014), págs. 391-413, e ano 144, n.º 3988 (set.-out. 2014), págs.14-56
87.	“O novo regime jurídico dos contratos a distância e dos contratos celebrados fora do estabelecimento comercial”, in <i>Estudos de Direito do Consumidor</i> , Coimbra, n.º 9 (2015), págs. 51-91
88.	“A teoria geral do direito civil nos cem anos do <i>Boletim da Faculdade de Direito</i> de Coimbra”, em co-autoria com António Pinto Monteiro e Mafalda Miranda Barbosa, in <i>Boletim da Faculdade de Direito</i> , n.º comemorativo dos 100 anos, Coimbra, vol. 91 (2015), págs. 379-422
89.	“Cem anos de direito das coisas no <i>Boletim da Faculdade de Direito</i> ”, em co-autoria com Mónica Jardim, in <i>Boletim da Faculdade de Direito</i> , Coimbra, n.º comemorativo dos 100 anos, vol. 91 (2015), págs. 527-560
90.	“Exoneração do passivo restante: fundamento e constitucionalidade”, in III Congresso de direito da insolvência, coordenação de Catarina Serra, Coimbra, Almedina, 2015, págs. 175-195
91.	“O contrato como instrumento de gestão do risco de “alteração das circunstâncias”, in <i>O contrato na gestão do risco e na garantia da equidade</i> / coord. António Pinto Monteiro, Coimbra, Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2015, págs. 69-110, também em <i>Direito civil – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs.465-513
92.	“Perda de chance processual”, <i>Revista de Legislação e de Jurisprudência</i> , Coimbra, ano 145, n.º 3997 (mar.-abr. 2016), págs.174-201, também in <i>Estudos em Homenagem ao Conselheiro Presidente Rui Moura Ramos</i> , Coimbra, Almedina, 2016, vol. II, págs. 1283-1323, e em <i>Direito civil – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 763-816
93.	“A exposição da obra de arte e os direitos de personalidade do autor”, in <i>Derecho del arte: Anuario Iberoamericano</i> , Civitas, Madrid, 2016, págs. 437-452, também em <i>Direitos de personalidade e direitos fundamentais – Estudos</i> , Coimbra, Gestlegal, 2018, págs. 717-733
94.	“Palavras Proferidas na Homenagem ao Doutor António Pinto Monteiro, em 3 de julho de 2016, por ocasião da cessação de funções como Presidente da Direção do Instituto Jurídico da Comunicação”, <i>Boletim da Faculdade de Direito</i> , Coimbra, vol. 92 (2016), tomo II, págs. 1217-1220
95.	“Posse e usucapião de estabelecimento comercial de farmácia”, in <i>Revista de Legislação e de Jurisprudência</i> , Coimbra, ano 146 n.º 4003 (mar.-abr. 2017), págs. 220-241 (em co-autoria com Sandra Passinhas)
96.	“Dimensão civilista ou ressarcitória da responsabilidade financeira reintegratória”, in Tribunal de Contas, <i>ciclo de seminários “Relevância e efetividade da jurisdição financeira no século XXI”</i> , disponível online em http://seminarios.tcontas.pt/seminario2/textos/seminario2_20171129_pmp.pdf

97.	“A Constituição de 1976 e o direito civil e processual civil”, in András Sajó, Catarina Garcia, Fernando Alves Correia, João Carlos Loureiro, José Casalta Nabais, José Manuel M. Cardoso da Costa, Paulo Mota Pinto, Rui Manuel Moura Ramos, <i>Olhar o Constitucionalismo Português nos 40 Anos da Constituição de 1976</i> , Instituto Jurídico, Coimbra, 2017, págs. 139-161
98.	“A representação aparente e a Lei do Contrato de Agência – 30 anos depois”, in <i>Actas do colóquio “Distribuição Comercial nos 30 anos da Lei do Contrato de Agência”</i> , Coimbra, 2017, Instituto Jurídico (grupo “Contrato e desenvolvimento social”), págs. 113-177
99.	“Einflüsse der deutschen Rechtswissenschaft auf die portugiesische Privatrechtsdogmatik in den letzten 50 Jahren”, em co-autoria com António Pinto Monteiro, in <i>Privatrechtsdogmatik im 21. Jahrhundert. Festschrift für Claus-Wilhelm Canaris zum 80. Geburtstag</i> , Berlin, De Gruyter, 2017, págs. 1137-1158
100.	“Elogio dos apresentantes” em cerimónia de Imposição de Insígnias, <i>Boletim da Faculdade de Direito</i> , Coimbra, vol. 94 (2018), tomo II, págs. 1553-1566
101.	“Ónus da prova da culpa do devedor que beneficia de cláusula de exclusão ou de limitação de responsabilidade”, <i>Revista de Legislação e de Jurisprudência</i> , Coimbra, ano 148, n.º 4012 (set.-out. 2018), págs. 30-52, também em <i>Revista da Faculdade de Direito da Universidade Nacional de Timor Lorosae</i> , n.º 1 (2018), págs. 347-377
102.	“Véhiciles autonomes – réglements et éthique”, in <i>Bulletin AAD</i> , Association des Anciens Députés au Parlement Européen, 63 (2018), págs. 21-22
103.	“Perda de uma Chance Processual”, <i>Revista de Direito Civil Contemporâneo</i> , Brasil, 15 (2018), págs. 345-386
104.	“Transmissão da convenção de arbitragem”, <i>Arbitragem comercial – Estudos comemorativos dos 30 anos do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa</i> , Coimbra, Almedina, 2019, págs. 865-895
105.	“Europa als Wertegemeinschaft”, in <i>Europa, quo vadis? Was macht einen Europäer aus?: Akten der 1. Saarbrücker Europa-Konferenz</i> , coord. por Tiziana Chiusi/Anne Rennig, vol. I do Collegium Europaeum Universitatis Saraviensis, Saarbrücken, Verlag Alma Mater, 2019, págs. 29-34
106.	“O direito das coisas no primeiro meio século de vigência do Código Civil”, António Pinto Monteiro (coord.), <i>50 anos do Código Civil – homenagem aos Profs. Doutores Vaz Serra, Antunes Varela e Rui de Alarcão</i> , Coimbra, Almedina, 2019, págs. 185-209
107.	“Valor dos atos do maior acompanhado”, in “O novo regime do maior acompanhado”, coord. por António Pinto Monteiro, Instituto Jurídico, Coimbra, 2019, págs. 109-136
108.	“Dimensão civilista ou ressarcitória da responsabilidade financeira reintegratória”, in <i>Tribunal de Contas, Relevância e efetividade da jurisdição financeira no século XXI</i> , Lisboa, 2019, págs. 357-372
109.	“Capitalização de juros moratórios”, <i>Revista de Legislação e de Jurisprudência</i> , Coimbra, ano 148, n.º 4016 (maio-jun. 2019), págs. 272-315 (em co-autoria com Inês Oliveira Martins)
110.	“Problemas jurídicos dos veículos autónomos”, texto para publicação nas atas do Congresso “Direito e Robótica”, organizado pelo Instituto Jurídico na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2020

Traduções (para português)

111.	Michael R. Will, “A mensagem publicitária na formação do contrato”, <i>Comunicação e defesa do consumidor: actas do Congresso Internacional</i> , Coimbra, Instituto Jurídico da Comunicação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1996, págs. 259-281?
112.	Claus-Wilhelm Canaris, “A transposição da directiva sobre compra de bens de consumo para o direito alemão”, in <i>Estudos de Direito do Consumidor</i> , n.º 3 (2001), Coimbra, Centro de Direito do Consumo, págs. 49-67
113.	Diploma de Transposição da Directiva 1999/44/CE para o Direito Austríaco (Lei Federal que altera o direito da garantia no Código Civil e na Lei de Protecção do Consumidor, bem como a Lei do Contrato de Seguro – Lei de alteração do direito da garantia), in <i>Estudos de Direito do Consumidor</i> , n.º 3 (2001), Coimbra, Centro de Direito do Consumo, págs. 435-442
114.	Diploma de Transposição da Directiva 1999/44/CE para o Direito Italiano (Decreto Legislativo de 2 de fevereiro de 2002, n.º 24) in <i>Estudos de Direito do Consumidor</i> , n.º 3 (2001), Coimbra, Centro de Direito do Consumo, págs. 443-450
115.	Claus-Wilhelm Canaris, <i>Direitos fundamentais e direito privado</i> , Coimbra, Almedina, 2003 (conjuntamente com Ingo Wolfgang Sarlet)
116.	Claus-Wilhelm Canaris, “Funções da Parte Geral de um Código Civil e limites da sua prestabilidade”, <i>Comemorações dos 35 anos do Código Civil – A Parte Geral do Código e a Teoria Geral do Direito Civil</i> , Coimbra, Coimbra Editora, 2006, págs. 23-42

117. Rudolf von Jhering, *Culpa in contrahendo ou indemnização em contratos nulos ou não chegados à perfeição*, Coimbra, Almedina, 2008

Compilações de textos legislativos

118. *Código Civil e legislação complementar*, Coimbra, Gestlegal, 2018, organização e prefácio em co-autoria com João António Pinto Monteiro

Outros escritos

119. Pós-fácio a José António Costa Ferreira, *1975-2010 Assembleia da República – da Constituinte à actualidade*, RCP Edições, Lisboa 2010

120. Prefácio a Rui Januário/António Gameiro, *Direitos reais: parte geral: figuras afins: perspectivas práticas*, 1.^a ed. Lisboa, Quid Juris, 2016

121. Prefácio a Ana Clara Azevedo de Amorim, *Manual de Direito da Publicidade*, Petrony Editora, março de 2018